

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

O PROJECTO MUGE 1692: ENTRE A ARQUEOLOGIA DA ARQUITECTURA E A RECONSTRUÇÃO VIRTUAL

Gonçalo Lopes¹

RESUMO

O projecto em causa visa reconstruir virtualmente a vila de Muge (Salvaterra de Magos) no final do séc. XVII, mais concretamente em 1692, data em que o duque de Cadaval se torna seu donatário. Para esse efeito foi coligida toda a informação escrita possível nomeadamente registos notariais, paroquiais e a mais variada documentação existente em arquivos públicos e privados. Em paralelo registou-se de forma o mais exaustiva possível, todas as construções ou vestígios delas, técnicas construtivas e elementos arqueológicos que pudessem ser aplicados na recriação deste centro urbano durante o período proposto.

Palavras-chave: Muge, Urbanismo, Século XVII, Reconstrução virtual.

ABSTRACT

This project aims to rebuild virtually the small town of Muge (Salvaterra de Magos) at the end of the 17th century, concretely in 1692 when the Duke of Cadaval becomes its jurisdictional owner. For this purpose, all written information, including notarial and parochial records and the most varied documentation in public or private archives, were collected. At the same time, all buildings, vestiges of them, constructive techniques and archaeological elements that could be applied in the recreation were registered as exhaustively as possible.

Keywords: Muge, Urbanism, 17th Century, Virtual reconstruction.

Tem-se assistido nos últimos anos a uma crescente evolução nas técnicas de representação de Património, fruto do uso cada vez mais democrático de ferramentas informáticas que proporcionam não só uma eficiente expressão do “objecto” a duas dimensões, como a execução de modelos tridimensionais progressivamente mais realistas.

Os avanços na modelação 3-D são precisamente o ponto fulcral da reconstrução/reconstituição virtual de bens patrimoniais móveis e imóveis, permitindo não só levantamentos rigorosos do existente mas, igualmente, a criação dos elementos em falta, contextos e ambientes históricos onde os objectos se inserem, até chegar a animações e modelos interactivos. Não obstante, para chegar à fase final de uma reconstrução virtual há todo um trabalho de investigação que se pretende com o máximo rigor científico possível.

Há que ter também em mente que os “objectos” his-

tóricos/arqueológicos dificilmente se encontram nas condições originais em que foram produzidos encontrando-se alterados em maior ou menor grau pela passagem do tempo, quase sempre com elementos em falta, adulterações ou perdas irremediáveis que, por mais que as fontes completem, jamais podem oferecer um vislumbre completo da realidade original. É, portanto, uma tarefa que conta em grande medida com a interpretação de quem estuda e constrói um modelo virtual. Não significa isto que haja um atropelo às questões éticas subjacentes, mas antes, a assumpção de que ao fazê-lo se está a sugerir uma proposta, com diferentes graus de fiabilidade, mas uma proposta.

Reconstruir a vila de Muge em 1692 é, portanto, uma sugestão de estudo, não uma versão acabada de registo urbano na verdade impossível fazer (na totalidade) por se tratar de um aglomerado que perdeu grande parte da volumetria, em dois momentos

1. G.A.M.; g.simoelopes@gmail.com

O autor assume a inteira responsabilidade por não seguir as normas do acordo ortográfico em vigor.

distintos, primeiro na 2ª metade do séc. XIX, mais recentemente, nos últimos 40 anos.

Sobre este trabalho recaem ainda duas permissas essenciais: A primeira pela opção de estudo sobre um sítio pequeno, pouco monumental e discreto na região onde se insere; a segunda, embora imprescindível uma análise do ponto de vista da Arqueologia da Arquitectura, esta é feita pontualmente e subjacente às técnicas construtivas e a alguns edifícios concretos. Tratando-se da totalidade do aglomerado, é impossível apreciar caso a caso sendo bastante mais eficaz perceber de que forma evolui a totalidade do espaço em vez de cada imóvel *per se*.

Por fim, trata-se de um projecto pessoal, não enquadrável em nenhum programa institucional, embora com uma finalidade pública, que visa retratar de forma tangível a vila de Muge no ano de 1692, data em que, por vicissitudes várias o duque de Cadaval se torna seu donatário e que corresponde, em grande medida, ao período de apogeu desta localidade – os finais do séc. XVII (Figura 1).

1. BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Muge é vila e freguesia do concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém. Localiza-se no baixo Vale do Tejo, na margem esquerda deste rio, sobre um terraço fluvial plistocénico perto da confluência das ribeiras de Muge e Alpiarça (Carta Geológica de Portugal, folha 31-C, 1967).

Seria redundante enunciar as ocupações pré e proto-históricas já suficientemente conhecidas e de pouca valia para o tema que estamos a tratar.

O local ocupado hoje pela vila teve origem num pequeno povoado islâmico com ocupação anterior ao século X edificado, por sua vez, sobre um sítio tardo-romano e alto medieval (Lopes, 2015, p. 171-186).

A referência escrita mais antiga data de 1198 e trata-se do contrato de compra e venda da Lezíria da Figueira (a norte de Muge) celebrado entre Pedro Serrano e a sua esposa D. Eugénia e Martinho André, aparentemente, todos moradores em Santarém (Lopes, 2016, p. 79).

Durante a primeira metade do século XIII, Soeiro Gonçalves de Alfange sobrejuiz ligado à corte de D. Sancho II compra a quase totalidade das terras do “lugar a que chamam Muge”, com intenção de aqui constituir um senhorio, conseguindo deste monarca inclusivamente uma carta de encoutamento das suas propriedades (Lopes, 2016, p. 82). Os seus filhos aca-

barão por comprar o remanescente das terras ainda nas mãos de particulares, deixando-as em testamento ao Mosteiro de Alcobaça (Lopes, 2016, p. 86).

Em 1301, D. Dinis troca Muge por parte do seu reguengo de Valada (na margem direita do Tejo) e acabará por lhe dar foral em 1304, seguido de outro concedido em 1307.

Durante todo o século XIV e primeira metade do XV a vila teve grandes dificuldades em prosperar e atrair povoadores. Testemunho disso é a grande quantidade de privilégios concedidos durante este período, sempre enunciando dificuldades de povoamento e o abandono das terras.

Na segunda metade do século XV verifica-se um aumento demográfico compatível, obviamente, com a dimensão geográfica da povoação. Surgem as primeiras elites que poderemos considerar urbanas, diversas actividades officinais e alguma inovação agrícola como a introdução da cultura do açafreão (A.N.T.T., *Leitura Nova*, Estremadura, L^o4, fl. 113-113v).

Do século XVI a meados do século XVII assiste-se à estabilização do crescimento que vinha da centúria precedente, sendo que, a partir dali há um novo período de estagnação, só ultrapassado nos anos 70 do século XVII.

Em 1692, culminando um longo processo de cedências e heranças de terras, o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, solicita a D. Pedro II a jurisdição da vila de Muge, despachando o monarca favoravelmente (A.N.T.T., *Registo Geral de Mercês*, D. Pedro II, L^o6, fl. 182).

Na segunda metade do século XVIII e acompanhando a tendência natural verificada no País, há um novo decaimento, só recuperado a partir dos anos 40 do séc. XIX. A partir daqui assiste-se a uma rápida recuperação demográfica mercê de sucessivas migrações, sobretudo dos actuais distritos de Leiria e Aveiro e, conseqüentemente, a renovação do tecido urbano. Todavia, em 1836 o antigo município de Muge é extinto, passando a integrar durante alguns meses o de Almeirim e, em 1837 o de Salvaterra de Magos.

2. AS FONTES COMO PONTO DE PARTIDA

Uma das fontes primordiais para a compreensão de qualquer povoação portuguesa são os livros de lançamento da Décima. Posto que seja um tributo criado no pós-Restauração para suportar o esforço da guerra manteve-se, com maior ou menor alteração, até 1833. Era feito segundo os arruamentos e habita-

ção a habitação, dando um registo exaustivo do imobiliário de cada terra. Até 1762, não há uma anotação central deste imposto pelo que a sua consulta depende exclusivamente do grau de conservação dos arquivos municipais. No caso da câmara de Muge o arquivo desapareceu quase por completo deixando um acervo diminuto e quase todo do século XIX.

No Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, herdeiro do Erário Régio é possível encontrar toda a série das décimas de Muge, a partir de 1762, sendo os registos do ano de 1771 os mais rigorosos e pormenorizados. Não obstante isto coloca-se o problema da distância cronológica de quase 80 anos em relação ao período em apreciação, à primeira vista insolúvel. Seria obviamente anacrónico fazer coincidir dados de 1771 a 1692 mas, para todos os efeitos, são válidos para a reconstituição dos arruamentos quando complementados com os registos notariais próximos a essa faixa cronológica. Como veremos localização das ruas não muda, o que muda é a sua progressão para a periferia da vila à medida que também progredem os índices demográficos.

O Arquivo Distrital de Santarém possui os registos notariais de Muge em série descontínua e não coincidentes com aquele período, havendo um livro para os anos de 1680 – 84 e outro para 1696 – 1700 podendo, mesmo assim, extrair-se bastante informação complementar. Para além das questões de recenseamento imobiliário, os registos notariais são fundamentais para a compreensão da tipologia das habitações, com quem confrontam, como se relacionam os espaços entre si ou se há ou não descontinuidades urbanas.

Complementam estes dados fontes de menor importância quantitativa, mas decisivas a colmatar lacunas dos registos anteriores. São elas os testamentos, dos quais estão elencados 19 para o lapso temporal que vai de 1650 a 1700, no fundo da Provedoria de Santarém e Tomar, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e os processos relacionados com Legados Pios, depositados no Arquivo Histórico Municipal de Salvaterra de Magos (3 para a 2ª metade do século XVII).

No Arquivo Histórico da Junta de Freguesia de Muge podem ser consultados outros documentos de igual valia, nomeadamente os processos de obras relativos à Igreja Matriz (1899 – 1902) e Igreja da Misericórdia (1895) relevantes por conter as memórias descritivas, plantas, alçados e cadernos de medição. Ainda neste arquivo é possível encontrar as decisões administrativas sobre obras públicas no fundo da Junta

de Paróquia, concretamente nas séries de Actas, Receita e Despesa e Autos de Arrematação; o contrato de restauro da Igreja Matriz, por exemplo, celebrado em 1866 e copiado no livro de autos de arrematação de 1857 – 1901.

Os aspectos demográficos, por seu turno, são importantes para perceber a que ritmo cresce a povoação e de que modo acompanha a geometria urbana. Colhem-se essencialmente nos Registos Paroquiais (baptismos, casamentos e óbitos) depositados no Arquivo Navional da Torre do Tombo, completos para o período em estudo. Esporadicamente surgem algumas indicações de carácter topográfico como as que deixou em 1663 o Pe. Manuel de Sousa ao anotar as ruas em que moravam alguns dos defuntos a quem fez a exéquias.

Não menos importante é o registo fotográfico antigo. Posto que pouco abundante mostra o urbanismo anterior ao surto construtivo dos anos 80 do século XX que irá descaracterizar boa parte da arquitectura tradicional, parte dela ainda dos séculos XVII – XVIII, outra parte não muito diferente do modo de construir nos finais de Seiscentos. (Figura 2)

3. A PAISAGEM URBANA

3.1. As ruas

Não existe nenhuma representação gráfica antiga de Muge anterior a meados do século XIX e mesmo esta, levantada em 1861 num plano geral do curso do Tejo, padece de várias imprecisões (Guerra, 1861) o que invalida o seu uso enquanto fonte fiável.

A melhor forma de identificar os arruamentos, é como atrás fica dito, o registo do imposto da Décima, uma vez que fornece obrigatoriamente uma lista exaustiva das ruas segundo um percurso bem definido.

O início do inquérito faz-se pela rua da Cruz, na extremidade sudeste da vila por onde se fazia o caminho para Coruche e tinha este nome por ali existir um cruzeiro desde, pelo menos, o século XVII. Esta rua surge na década de 20 do século XVIII pela atribuição de lotes em sesmaria pela Câmara estando, portanto, ausente do urbanismo seiscentista.

Segue-se o Adro ou rua do Adro, naquilo que é a origem da povoação medieval e a partir de onde se estenderá para oeste o resto da povoação. Parece ter surgido no século XIV de um quarteirão tipo *basti-de*, localizado defronte da igreja.

Da rua do Adro saía a rua Direita, principal eixo viário que descreve uma inflexão de este para sudoeste.

O livro da Décima, por comodidade divide-a por segmentos conforme a intersecção com as ruas perpendiculares.

Pouco abaixo do Adro, ficava a Praça onde se localizava a Câmara, pelourinho e a Estalagem. Aqui cruzavam duas ruas, a da Praça ou do Prior, para sul e a rua do Paço para norte e, como o próprio nome indicava ia dar ao paço do duque de Cadaval. Fronteiro a ele estava a ponte que atravessava a ribeira de Muge para norte, na principal via terrestre para Santarém. A rua da Praça desembocava a sul na rua de Palhais, o segundo eixo mais importante de Muge, com uma orientação este – oeste.

Abaixo da Praça, a rua Direita seguia até ao entroncamento com a rua do Mel que ligava a sudoeste com a rua de Palhais. Este arruamento era ocupado, sobretudo por hortas e pomares, havendo construção apenas nos ângulos com as ruas Direita e de Palhais. Prosseguindo na rua Direita, esta terminava no largo da Misericórdia ao cruzamento com a rua de Palhais, dos Cantos ou dos Cantos do Areal e a rua de Santo André. Esta última dava-lhe continuidade e chamava-se assim porque no final havia uma ermida dedicada a este santo. No século XVII ainda não estava completamente construída.

A partir da Misericórdia, as ruas tomam uma configuração radial e, exceptuando a de Santo André, inflectem para nordeste em quarteirões triangulares na direcção da estrada de Salvaterra, do largo da ermida de S. Sebastião e do Tejo, principal via de comunicação. Deste largo saía a rua das Barcas para este, indo dar à rua da Misericórdia, paralela à rua Direita. No espaço compreendido entre estas vias, de urbanismo rarefeito, existiam numerosas e courelas de cultivo. A sudeste de S. Sebastião localizava-se o Arrabalde, constituído por várias casas de edificação recente, rodeadas de courelas e vinhedos.

A área periurbana oeste, o Rossio, era um espaço de terreiro destinado ao uso comum e a tarefas como a debulha dos cereais e estabulamento temporário do gado (Figura 3).

3.2. Principais marcos urbanos

3.2.1. Igreja Matriz

A Igreja Matriz de Muge, fundada por ordem do bispo de Lisboa em 1297, sofreu uma profunda remodelação no último quartel do século XVII que lhe eliminou definitivamente os volumes medievais que haviam subsistido até aquela época.

Sabe-se pela memória de um processo de obras,

datado de 1712, que a fachada havia sido totalmente refeita na segunda metade do século XVII, o campanário medieval substituído por uma torre e a capela-mor apeada para dar lugar a outra, sob pretexto de melhor se adaptar ao retábulo de talha dourada, feito entretanto (Biblioteca da Casa Cadaval, Cod. 891 – K. VIII. IL).

A obra de 1712 não introduziu mudanças significativas à arquitectura da igreja, exceptuando algumas reparações nas paredes e a substituição dos madeiramentos da cobertura.

Em 1866, uma nova campanha altera a fachada rasgando-lhe um janelão sobre o portal e oblitera a fenestração original, embora, como é dito, utilizando grande parte as cantarias originais. À torre são adicionados 4 varões de ferro para suportar um pequeno sino e, no lado direito da fachada, é construída uma escada em caracol para aceder ao coro (A.H.J.F.M., *Junta de Paróquia*, Actas, L^o 2, fl. 161v – 163-v).

No limiar do século XIX (em 1899), toda a fisionomia da igreja é alterada por conta de um ambicioso projecto de reconstrução. As paredes são demolidas até uma altura de 5m, passa a ter 2 torres e todos vão ser alterados, terminando a obra em 1902. É a partir do processo desta obra (na posse de um privado) que conhecemos a planta e os alçados do que existe antes de 1899 e, exceptuando os acrescentos descritos nos trabalhos de 1866, pouca diferença farão em relação aos contornos que teria o imóvel em 1692.

3.2.2. Igreja e hospital da Misericórdia

Em outubro de 1584, Filipe I emite um alvará dirigido aos oficiais da câmara de Muge para que a Misericórdia recém-criada usasse o compromisso e o regimento da de Coruche (A.N.T.T., *Chancelaria de Filipe I*, L^o 10, fl. 191) (Figura 4).

Três anos antes, o lavrador João Pinhão consignava no seu testamento 100000 reis para gastar no hospital da vila e, caso houvesse mais esmolas uma parte seria gasta na edificação da igreja. Em 1584 ainda não havia começado a construção porque o testamento estava embargado por dúvidas e a sentença do provedor da comarca só saiu em abril desse ano, ficando Ana Marques, mulher do falecido, obrigada a entregar a quantia ao lavrador Fernão Lopes que a pagaria de forma fraccionada aos oficiais da Misericórdia conforme o progresso da obra (A.N.T.T., *Provedoria de Santarém e Tomar*, Testamentos, Muge, mç. 2, n^o. 29).

De qualquer modo, a igreja seria construída até ao

primeiro quartel do século XVII no actual largo Teófilo Braga, antigo largo da Misericórdia, naquele que era o limite urbano da vila nos finais de Quinhentos. Era de pequenas dimensões (área máxima de 120 m²). com orientação norte-sul. Atrás dela ficavam a Casa do Despacho e a sacristia que após a extinção da Misericórdia em 1877, serviu de sede à Junta de Paróquia.

Encostado ao alçado oeste tinha um corredor que vinha da sacristia e dava acesso ao púlpito e às escadas para o coro. No mesmo alçado, na extremidade noroeste ficava a torre sineira, com quatro frestas e três sinos.

Durante o século XIX teve algumas obras importantes, nomeadamente em 1896, com a substituição das cantarias das janelas por outras de feição neogótica, madeiramentos da cobertura, soalhos e a porta principal, datada de 1673 resultante, provavelmente, de outra campanha ocorrida no século XVII.

Todo o edifício, incluindo a sacristia, torre e a casa do despacho, foi demolido em 1962 para a construção do posto dos CTT.

No século XIV, existia em Muge uma albergaria referida no documento de doação de uma vinha à igreja de St^a. Maria (A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Santa Maria de Alcobaça, 1^a. Inc., Docs. Part., mç. 28, doc. 10); não se sabe o sítio exacto onde ficava e esta é a única referência conhecida, no entanto, é bastante provável que no século XVI se tenha convertido no hospital da vila. Fazendo fé no testamento de João Pinhão, o hospital terá sido remodelado ainda antes de a igreja ser construída, uma vez que os fundos consignados o privilegiavam e a sua edificação não dependia de outras fontes de financiamento.

O conjunto edificado compunha-se de *duas moradas de casas térreas*; uma, o hospital propriamente dito, a outra, a habitação do hospitaleiro anexa e a estrebaria. Pelas poucas descrições que existem, entende-se que era um imóvel fruste, pouco confortável e apenas se destinava a dar guarida aos doentes em trânsito para Santarém ou outros hospitais de maior dimensão. O inventário ordenado pelo Governo Civil de Santarém, em 1875 (A.H.J.F.M., *Misericórdia*, L^o 4, fl. 25v), chama-lhe “casas abarracadas”, o que terá a ver não só com o mau estado em que se encontrava na altura, mas também com a feição rudimentar da construção. Localizava-se no ângulo do largo da Misericórdia (Teófilo Braga) coma rua do Areal ou dos Cantos do Areal (rua Alexandre Herculano) a 50m para sul da igreja da Misericórdia.

3.2.3. Câmara e pelourinho

Desconhece-se a data de construção da “Casa da Câmara”, mas já existia em 1608 conforme um documento que regista realização de uma sessão do senado municipal (A.H.M.S.M, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge, fl. 90v).

É constituído por dois pisos, o inferior destinava-se à cadeia e o superior, ao qual se acede por uma escadaria exterior, servia para as sessões e arquivo. Num plano perpendicular à porta principal tem um pequeno campanário.

Não é de crer que tenha sofrido grandes alterações ao longo do tempo, exceptuando três janelas de sacada com gradeamento no 2^o que substituíram outras mais simples no tempo de D. João V, conforme é sugerido pela pedra de armas colocada no ângulo sudeste. Obras ocorridas recentemente mostram que o imóvel foi construído numa só fase, sem que haja alguma alteração estratigráfica significativa, para além da abertura de dois vãos no piso térreo durante o séc. XIX.

Com a extinção do concelho de Muge em 1836, o edifício passa a ser utilizado como escola pública no piso térreo e habitação dos professores no superior. Data deste período a abertura de duas portas no piso inferior e a construção de uma chaminé (hoje inexistente) no superior.

Na primeira metade do séc. XX estabelece-se aqui um posto de correios e telégrafo e, a partir de 1963, com a demolição da casa do despacho da Misericórdia, onde funcionava a Junta de Freguesia, esta instituição passa a funcionar na antiga “Casa da Câmara”. O pelourinho de Muge, destruído em 1866, foi erguido na Praça, à frente da Câmara. Não chegou até nós nenhuma representação gráfica do mesmo e as referências escritas são muito escassas, embora daí possamos tirar algumas ilações.

Em 1758, nas Memórias Paroquiais, o Pe. Isidoro Cabanas refere “[...] e mandando-lhe levantar na praça, que tem, hum pelourinho com as suas armas Reaes, que ainda hoje existe da mesma sorte.”, supondo ser sua construção do tempo de D. Dinis, aquando da outorga do foral (A.N.T.T., *Dicionário Geográfico de Portugal*, Vol. 25, Memória 225, fl. 1900).

O facto de referir a existência das armas reais, parece ser bastante revelador em relação ao período de em que foi erguido. Senão vejamos: não é frequente os pelourinhos medievais apresentarem motivos heráldicos compostos, ao contrário dos que foram feitos durante o reinado de D. Manuel, bastante mais

elaborados e com abundantes representações da simbólica real, senhorial e até municipal. Estabelecendo alguma verosimilhança numa construção dos inícios do século XVI, podemos fazer uma comparação com os pelourinhos da região que ainda se conservam ainda que alguns sejam réplicas de originais perdidos ou deslocados do seu lugar inicial. Na margem direita do Tejo, o pelourinho de Azambuja é um bom exemplo, embora réplica, foi feito de acordo com pelourinho hoje perdido. Ostenta fuste espiralado, nó e capitel com representação heráldica. Já do lado Sul do rio, temos o pelourinho de Coruche, replicado a partir das peças que ainda existem na posse um privado, mais uma vez com o fuste espiralado, nó e capitel heráldico.

O pelourinho de Benavente, demolido no séc. XIX, foi reconstruído com as peças originais e apresenta as mesmas características dos dois anteriores, variando na forma do capitel (cónico espiralado).

Estendendo a pesquisa aos pelourinhos que existem num raio de 100km, maioritariamente manuelinos, rapidamente constatamos que a esmagadora maioria apresenta fuste espiralado, nó e capitel geométrico/heráldico: Sintra, Aldeia Galega da Merceana, Alfeizerão, Maiorga, Turquel.

Assim, dentro das probabilidades aceites na escassa documentação e nos vários paralelos que subsistiram com o passar do tempo, o pelourinho de Muge inscrever-se-ia nesta tipologia: fuste espiralado, nó e capitel com motivo heráldico que sabemos em concreto tratar-se das armas reais.

3.2.4. Ermida de S. Sebastião

Não se sabe exactamente quando foi edificada esta ermida, embora haja referências a ela na primeira metade do século XVII como local de romaria. Na segunda metade do século XVIII estava muito arruinada e acabará por ser demolida nos anos 30 do século XIX.

Ficava situada no largo do mesmo nome, no Rossio (na extremidade sudoeste da vila), perto da estrada de Salvaterra.

Aquando da demolição de uma habitação perto da área onde se situava a ermida, foi encontrado um fragmento da base de um portal manuelino, de talhe prismático, com grandes probabilidades de lhe ter pertencido.

Partindo do princípio que este seria o período de construção da ermida, procuramos estabelecer comparação com outras ermidas de cariz rural da região

nomeadamente as que pudessem ter um portal da mesma tipologia.

Os paralelos não são muito abundantes e o modelo mais próximo e que melhor encaixa é o da ermida de N^ª. Sr^ª. do Desterro de Pontével no concelho do Cartaxo. Deste modo, na sua reconstituição delineou-se um pequeno edifício com o portal compatível com elemento pétreo que resta e o recorte do da ermida de Pontével, embora com linhas mais “neutras” de modo a minorar eventuais falhas de interpretação (Figura 5).

3.2.5. Estalagem

Por uma carta dirigida ao concelho de Muge, data de 1449, ficamos a saber que a vila já dispunha de estalagem na Idade Média (A.H.M.S.M, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge, fl. 10v), voltando a ser referida em 1700, no assento de óbito de Bartolomeu Álvares, natural da Póvoa de Galegos (A.N.T.T., *Arquivo Distrital de Lisboa*, Registos Paroquiais, Muge, Óbitos, L^º1, fl.90v).

Segundo o livro de lançamento da Décima, para o ano de 1771, (A.H.T.C., *Décima da Província*, D.P. 242.2, fl. 23) a estalagem era constituída por oito casas térreas com sobrado, da qual o duque de Cadaval tinha o usufruto.

Situava-se na rua da Praça para os Paços, próxima à Câmara e do caminho para Santarém.

Pelas suas características e localização podemos supor que este edifício pouco tenha mudado desde a segunda metade do século XVII e, eventualmente, estaria no mesmo lugar da estalagem medieval (Figura 6).

3.3. Arquitectura doméstica

A construção doméstica seiscentista, embora pouco diferente da que se praticava na região até aos inícios do século XX, obedece a dois factores essenciais: as tradições construtivas meridionais e o estatuto socio-económico dos proprietários.

No dizer do duque de Cadaval, em 1692, Muge era uma terra pequena, pobre e sem nobreza. Ignorando as verdadeiras razões desta afirmação podemos associar a falta de nobreza (pessoas que não exercem trabalhos manuais) à ausência de arquitectura doméstica mais requintada e de dimensões mais generosas.

Com efeito, contabilizando os dados fornecidos pela Décima, em 1771, rapidamente verificamos que a esmagadora maioria das casas era constituída por mo-

radas de duas divisões, seguida de moradas com uma única divisão.

As casas “nobres” de sobrado, ou seja, de dois ou mais pisos e com mais de duas divisões não estão ausentes e até representam 17% do imobiliário doméstico da vila, mas não são, de todo, os edifícios mais frequentes (Figura 7).

Para o final do século XVII não temos dados que suportem uma estatística fiável porque são extraídos dos livros notariais e, como é óbvio, seria impossível todas as casas da vila serem transacionadas num curto espaço de tempo e de modo a deixar informação neste tipo de fonte. Ainda assim, os casos contabilizados, sobretudo para o período de 1680 – 84 suportam esta mesma ideia: há uma clara predominância de habitações de duas divisões.

Esta tipologia de morada era constituída pela “casa de fora”, reservada a espaço comum e cozinha e pela “casa de dentro” mais privada e que servia de quarto aos habitantes. Atrás localizava-se o quintal em que, havendo espaço, era povoado de árvores de fruto, galinheiros e, nalguns casos, pardiéis para estabular gado.

A generalidade destas casas apresentava pavimentos de terra batida e telhados sem forro, de telha vã. Havendo condições para o fazer, os proprietários mandavam ladrilhar o chão e forrar a cobertura, como ficou registado numa escritura de 1697 em que a “casa de fora” está forrada de “pinho da terra” e ladrilhada (A.D.S., *Registos Notariais*, Muge, 1696 – 1700, fl. 91). Algumas casas, aproveitando o desnível em relação à rua, ficavam sobrelevadas e o interior era pavimentado com um maior enchimento que as isolava melhor da humidade, fazendo-se o acesso por um lanço de degraus.

Nas casas de uma única divisão o espaço era partilhado por uma multiplicidade de funções domésticas que iam desde cozinhar a dormir, sem que houvesse qualquer tipo de privacidade (Figura 8).

4. MÉTODOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

A geologia desta zona do Vale do Tejo é constituída por formações sedimentares terciárias/quadernárias com o predomínio de areias, argilas e cascalho, sem afloramentos rochosos consolidados onde fosse possível extrair pedra para construção. Este facto condicionou as técnicas construtivas aos materiais e recursos disponíveis que se traduzem na fábrica de alvenarias em “terra”: a taipa e o adobe.

De entre os imóveis antigos que pudemos observar, a maioria arruinados ou em processo de ruína, o uso da taipa tem uma preponderância sobre os demais métodos construtivos. A pedra, sobretudo lioz importado da região de Lisboa, quando utilizada, aplica-se sempre nas ombreiras e lintéis das portas, janelas e degraus, com um elevado índice de reaproveitamento.

O processo de obras da igreja, de 1712, corrobora o facto de grande parte das paredes do templo serem construídas com “terra”, demonstrando que até nos edifícios importantes a taipa é usada amiúde.

Como alternativa estética ao uso da pedra, boa parte das vezes esta era simulada em estuque na forma da estereotomia de silhares, modulação das cimalkhas ou ainda imitando relevos esculpidos, numa solução que é, aliás, comum a todas as áreas meridionais de Portugal.

Outro recurso importante, embora usado em menor escala são as argilas para o fabrico de materiais de construção: tijolos, telhas e ladrilhos. Tendo em atenção a dificuldade de obtenção de pedra, são usados tijolos com funções análogas, na criação de elementos estruturais importantes que não requerem demasiada dureza ou robustez.

A madeira usava-se nas armaduras dos telhados e elementos móveis das portas e janelas, com recurso quase exclusivo ao pinho, dos pinhais que rodeavam a vila. O castanho era utilizado raramente e temos notícia do seu uso na cobertura da igreja em 1712.

Nas coberturas utilizava-se quase exclusivamente a telha de canudo, ou mourisca e, raras vezes, a palha de que há apenas dois registos, um em 1635 relativo a uma casa com telhado misto de telha e palha, situada no Rossio a S. Sebastião (A.D.S., *Registos Notariais*, Muge, 1635 – 1637, fl. 40v), outro em 1770 de uma casa inteiramente deste material (A.H.T.C., *Décima da Província*, D.P. 240.4, fl. 27v).

A utilização da palha em casas de habitação já deveria ter caído completamente em desuso no final do século XVII e estaria reservada apenas a pardiéis, construções de apoio agrícola e aos galinheiros dos quintais.

5. RECONSTRUÇÃO VIRTUAL: METODOLOGIA

Reconstruir uma vila do final de Seiscentos de que fisicamente pouco existe não é, obviamente, uma tarefa isenta de erros. Há que assumir de que se tra-

ta sempre de uma interpretação das fontes que, algumas vezes, cotejam informação de forma muito lateral. Mais ainda quando nem sequer existem elementos arquitectónicos de vulto, mesmo que fora do contexto que possam auxiliar a uma compreensão mais profunda do aglomerado.

Será sempre com isto em mente que este trabalho deve ser lido, como um jogo de possibilidades e impossibilidades formatadas àquilo que se entende da documentação histórica e dos vestígios materiais. Por outro lado, esta reconstituição segue modelos ideais/teóricos do que se compreende das vilas do seu tempo/espço geográfico, o que lhe confere alguma autenticidade, mas não despista as contingências dos padrões nem as imprevisibilidades da construção urbana.

Assim, depois de concluído o trabalho de leitura das fontes escritas e materiais que dá corpo a grande parte deste artigo, avançou-se finalmente para a projecção a duas dimensões, em formato vectorial *dwg* do que se pretendia reconstruir.

É importante seguir este passo porque é o primeiro teste às possibilidades de reconstrução, com a eliminação de eventuais erros que prejudicarão o trabalho a montante. Foram desenhados todos os edifícios singulares em alçado assim como algumas casas-modelo, principalmente as poucas que existem hoje em dia, as quais serviram de base para as descritas na documentação.

Passou-se à modelação a três dimensões, com cada objecto feito em separado e em ficheiro individual no programa *Sketchup* da Google, na sua versão aberta. No mesmo programa foram alinhados os edifícios sobre a fotografia aérea, à escala, obtida no GoogleEarth e previamente formatada à planta reconstituída do século XVII.

Terminado o modelo 3-D, foi exportado na extensão *dae* para outro software de modelação, o *Blender* (também *open source*), para eliminar toda a geometria acessória, e adaptar o conjunto a um modelo digital de terreno (a partir do *GoogleEarth*)

É frequente haver algumas incompatibilidades entre estes dois *softwares* pela diferença de geometrias na modelação, embora a extensão *dae* seja satisfatoriamente legível em ambiente *Blender*.

Terminada a modelação, passou-se à aplicação de texturas e filtros para tentar alcançar o máximo de fotorrealismo possível e construir a animação de vídeo (Figuras 9 e 10).

FONTES MANUSCRITAS

Biblioteca da Casa Cadaval, Cod. 891 – K. VIII. IL.

Arquivo Distrital de Santarém, *Registos Notariais*, Muge, 1696 – 1700, fl. 91.

Registos Notariais, Muge, 1635 – 1637, fl. 40v

Arquivo Histórico da Junta de Freguesia de Muge, *Junta de Paróquia*, Actas, L^o2, fl. 161v – 163-v.

Misericórdia, L^o4, fl. 25v.

Arquivo Histórico Municipal de Salvaterra de Magos, *Câmara de Muge*, Tombo da vila de Muge.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Décima da Província*, D.P. 240.4, fl. 27v.

Décima da Província, D.P. 242.2, fl. 23.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo Distrital de Lisboa*, Registos Paroquiais, Muge, Óbitos, L^o1, fl. 90v.

Dicionário Geográfico de Portugal, Vol. 25, Memória 225, fl. 1900.

Leitura Nova, Estremadura, L^o4, fl. 113 – 113v.

Ordem de Cister, Santa Maria de Alcobça, 1^a Inc., Docs. Part., m. 28, doc. 10.

Provedoria de Santarém e Tomar, Testamentos, Muge, mc. 2, n^o. 29.

Registo Geral de Mercês, D. Pedro II, L^o6, fl. 182.

BIBLIOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal, folha 31-C, 1967.

CARPETUDO, Carlos; LOPES, Gonçalo (2016) – “Paço dos alcaides: Uma proposta de reconstrução virtual” *Almansor*. Montemor-o-Novo, 3^a Série, Vol. II, p. 155-186.

GUERRA, M.J. (1861) – *Estudos chorographicos, physicos e Hydrographicos da bacia do rio Tejo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LOPES, Gonçalo (2015) – “Materiais islâmicos do Serradinho (Muge) *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira, n^o 4, p. 171-186.

LOPES, Gonçalo (2015) – “A igreja de Muge na Idade Média: Uma proposta de reconstrução virtual” *Magos: Revista cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Salvaterra de Magos, vol. II, p. 16-50.

LOPES, Gonçalo (2016) – “Muge antes de 1304” *Magos: Revista cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Salvaterra de Magos, vol. III, p. 73-101.

VIANA, Mário (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147 – 1350)*. Lisboa: Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa.

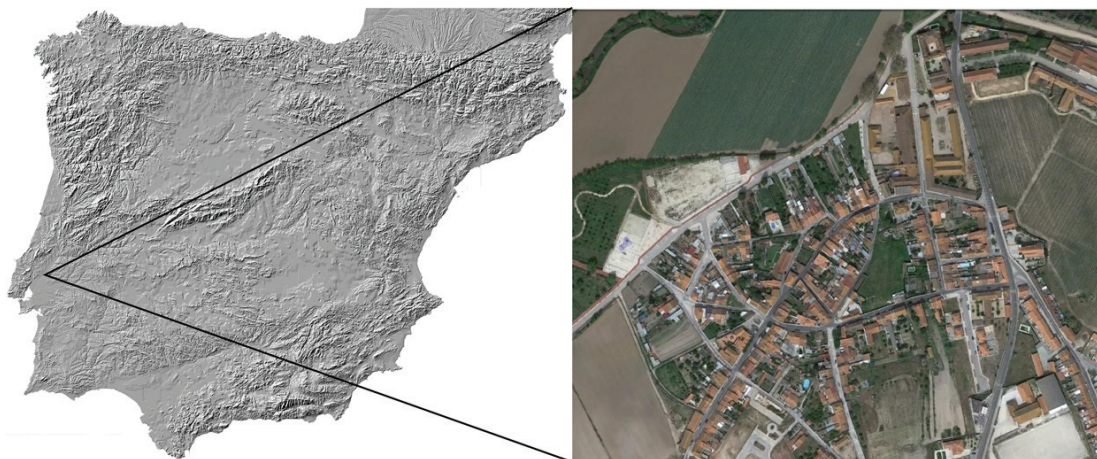


Figura 1 – Localização na Península Ibérica e vista aérea de Muge. Fonte Googlearth.



Figura 2 – Planta de Muge no final do séc. XVII.

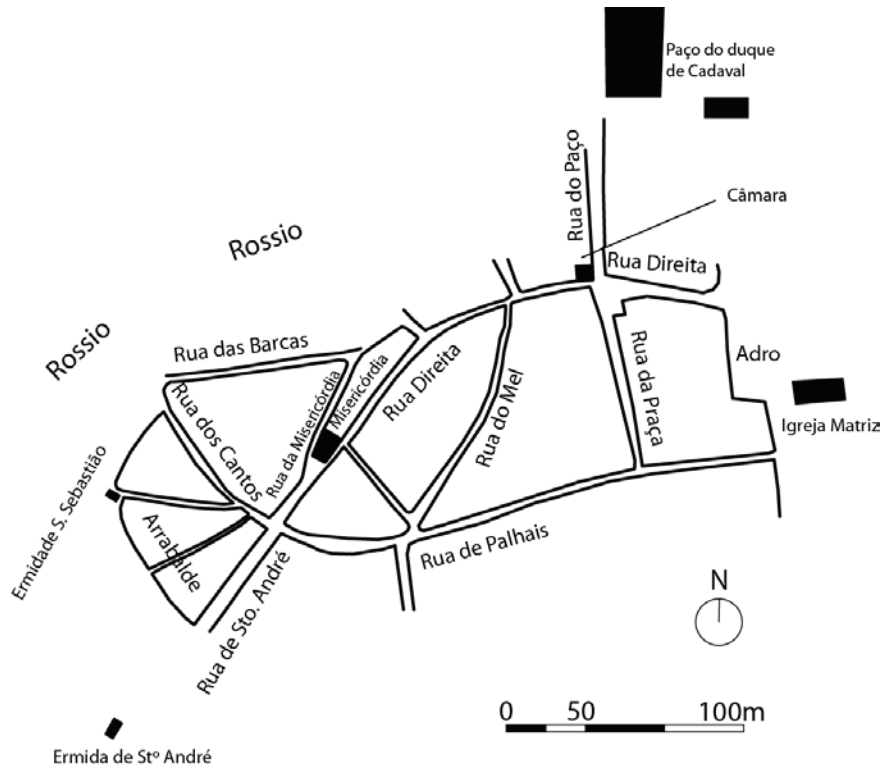


Figura 3 – Vista sobre a rua de Santo André. 1939.



Figura 4 – Igreja da Misericórdia. 1939.



0 10m

Figura 5 – Base do portal da ermida de S. Sebastião. Calcário, início do séc. XVI.

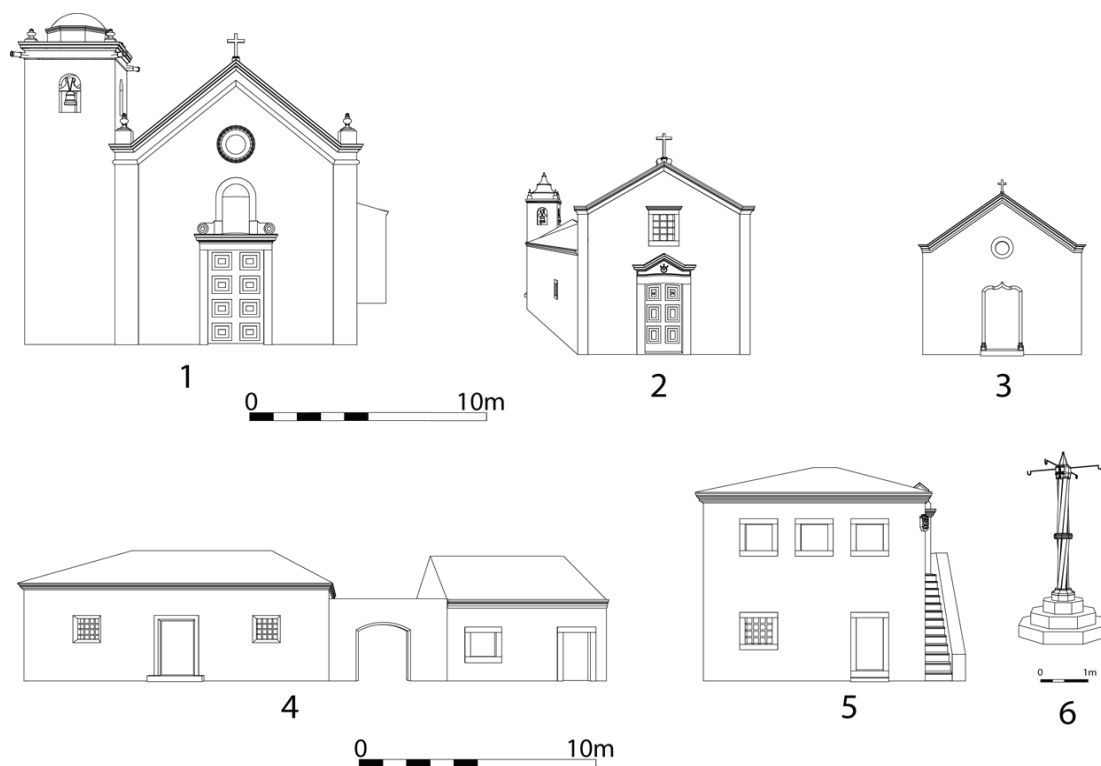
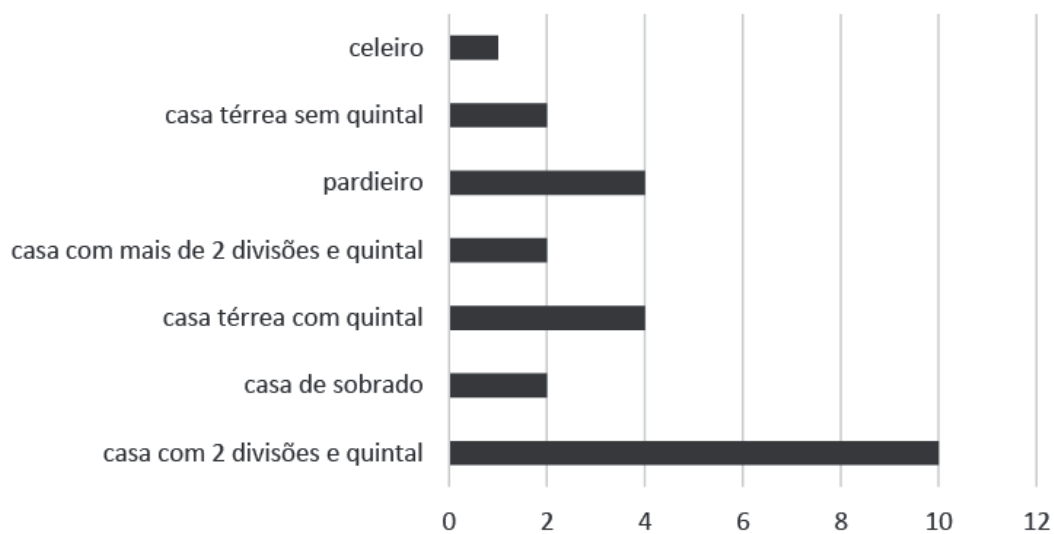


Figura 6 – Reconstrução 2-D das principais construções da vila no final do séc. XVII. 1 – Igreja Matriz; 2 – Igreja da Misericórdia; 3 – Ermida de S. Sebastião; 4 – Hospital da Misericórdia; 5 – Câmara; 6 – Pelourinho.

Tipologia do edificado nos notariais de 1680 - 84



Tipologia do edificado na Décima de 1771

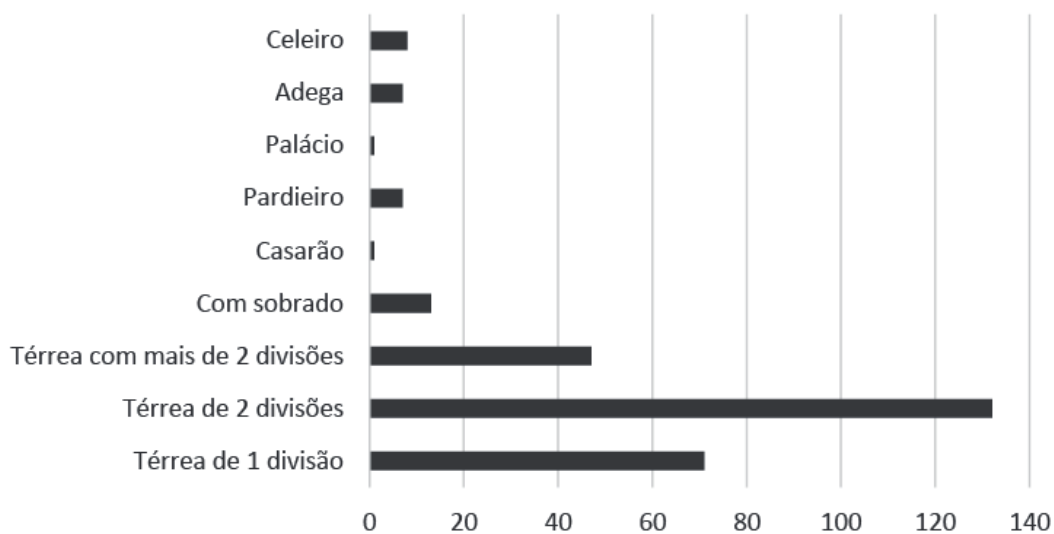


Figura 7 – Gráficos comparativos do edificado.

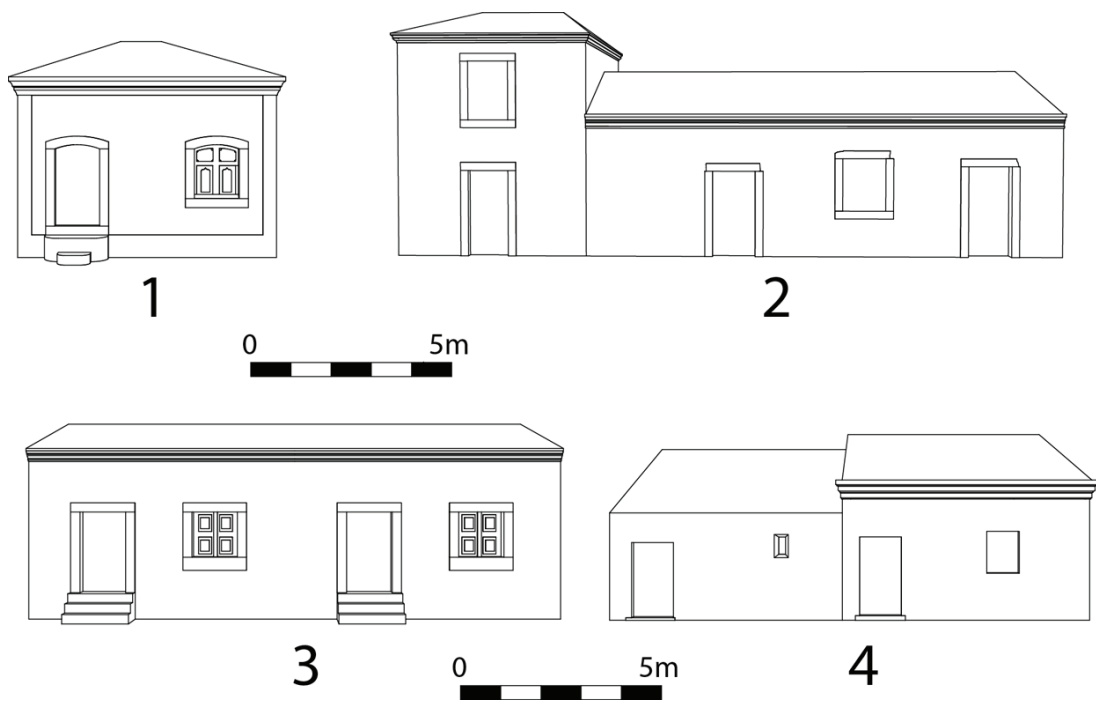


Figura 8 – Reconstrução 2-D das principais tipologias de casa nos finais do séc. XVII. 1 e 2 – Rua Direita; 3 – Rua dos Cantos do Areal; 4 – Rua das Barcas.

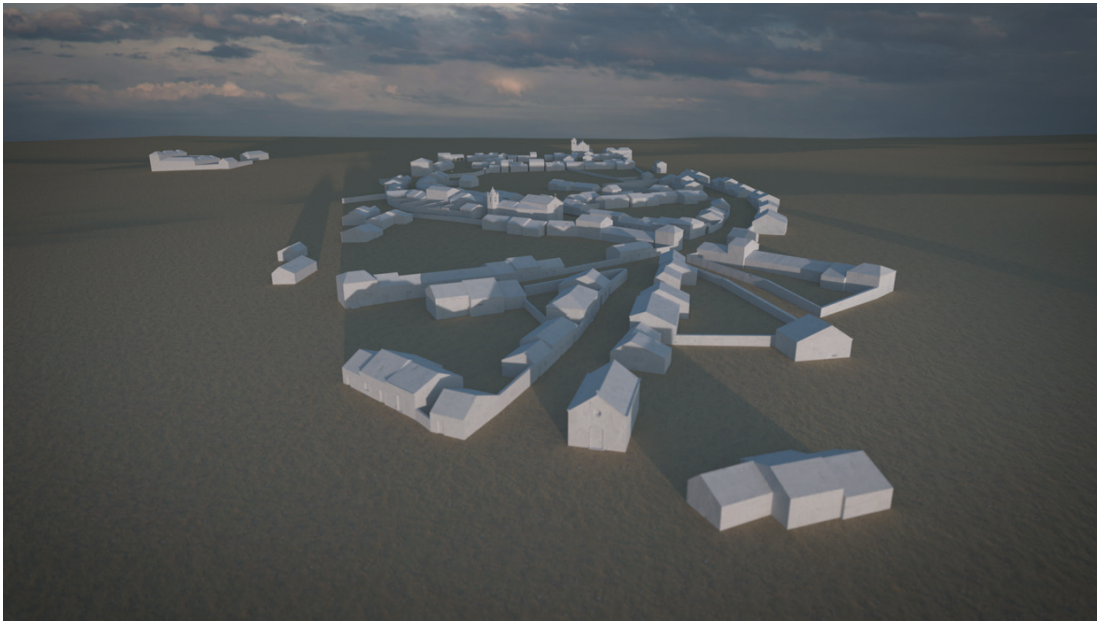
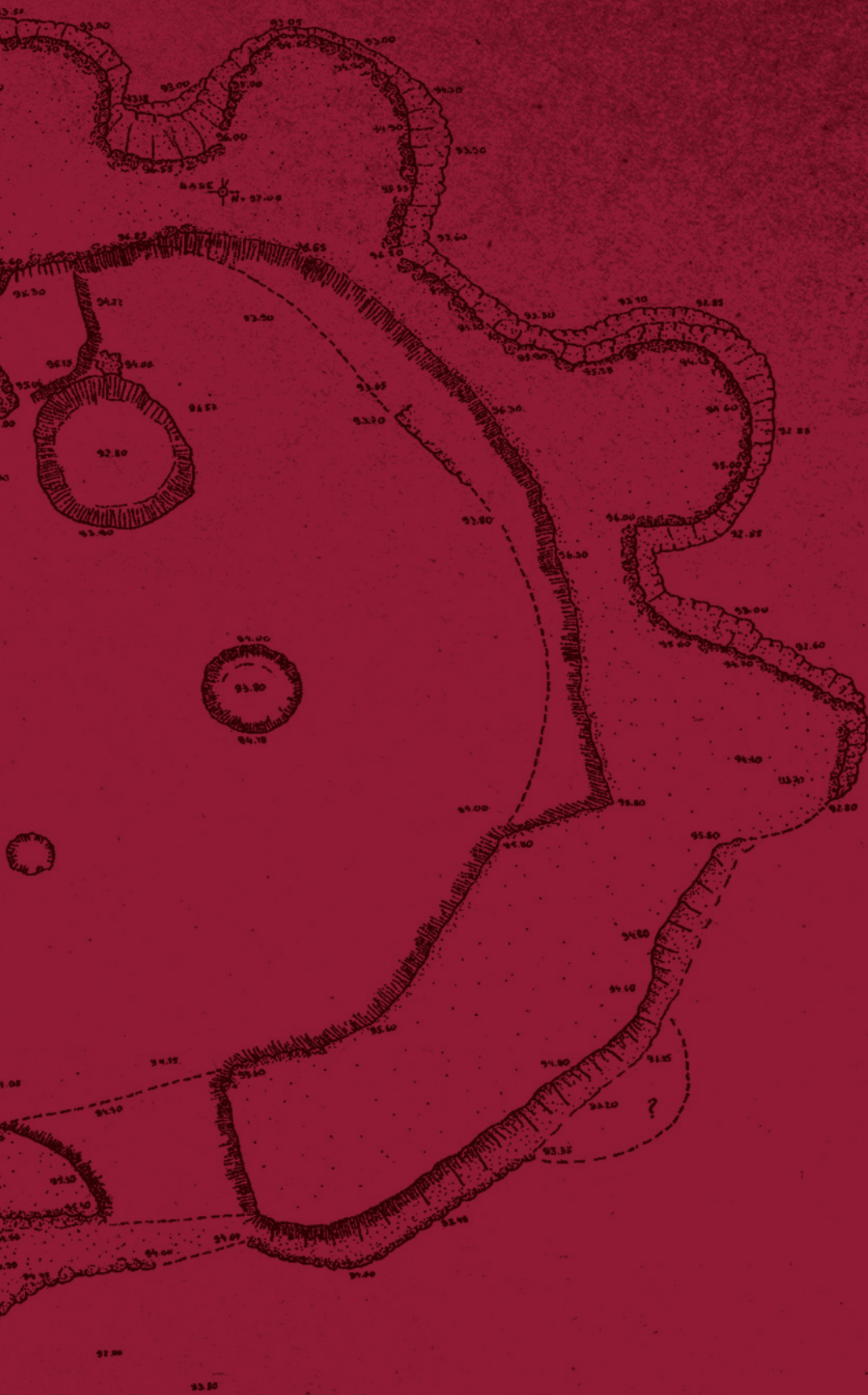


Figura 9 – *Render* sem textura da reconstrução virtual (autoria Carlos Carpetudo).



Figura 10 – *Render* final texturizado da reconstrução virtual. Vista a partir de sudoeste (autoria Carlos Carpetudo).



Patrocinador oficial